

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO E MOBILIDADE GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA/BA

Maria Morgana Santos Santana

Acadêmica do curso de Geografia, integrante do projeto PIBID e do grupo de Pesquisa PET, da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: morganageo1972@gmail.com

RESUMO: As transformações econômicas originadas do amadurecimento do capitalismo, no contexto da reestruturação produtiva das últimas décadas, repercutem nas formas de produção e organização da relação sociedade-natureza, notadamente nas formas de produção e na mobilidade do trabalho. Tais consequências são observadas no município de Paripiranga/BA através da espacialização e expansão do agronegócio do milho, que modifica o papel do campo e da cidade dialeticamente. A lógica de funcionamento do modo de produção capitalista tem conduzido camponeses a se tornarem assalariados, por meio da expropriação de seu meio de produção: a terra. Estes sujeitos passam então a trabalhar como boias-frias ao “migrarem” para as grandes cidades do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, ou para outras cidades do estado da Bahia na busca de formas alternativas de trabalho. Desta forma, esta pesquisa objetivou analisar o processo de mobilidade do trabalho que vem ocorrendo no município destacado, notadamente a partir da década de 1990 até os dias atuais. Para identificar as causas da mobilidade e as novas configurações da relação campo-cidade a partir do conflito capital x trabalho, foram feitas leituras bibliográficas de autores que abordam a temática (especialmente geógrafos, historiadores e sociólogos) ancorados em uma visão dialética de mundo e inserida na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas, além de pesquisas de campo por meio de entrevistas sistematizadas aos trabalhadores que vivenciam esta realidade, bem como informações no site do IBGE. Os resultados revelam que a intensa mobilidade do trabalho se reveste de aparente autonomia, quando na verdade representa a condição de submissão dos trabalhadores ao capital e à sua lógica.

Palavras-chave: Mobilidade do trabalho; agronegócio do milho; relação campo-cidade.

RESTRUCTURING THE FIELD PRODUCTION AND GEOGRAPHIC MOBILITY OF LABOR IN THE MUNICIPALITY OF PARIPIRANGA / BA

ABSTRACT: The economic changes posed by the maturation of globalized capitalism in the context of productive restructuring in decades, enhance labor mobility and reverberate in the forms of production and organization of society-nature relationship . Such changes are observed

in the city of Paripiranga / BA based on the spatial distribution and expansion of the cultivation of corn , which impact unequally on the rural-urban relationship, because the capitalist mode of production leads peasants to become employed , working as buoys or cold having to migrate to the big industrial cities of the Southeast , such as Rio de Janeiro and São Paulo or other cities within the state of Bahia . Thus, this study aimed to analyze the process of labor mobility that has occurred in the municipality highlighted, especially from the 1990s to the present day . Thus, it was possible to identify the causes of mobility , the new settings of the rural-urban relationship from x working capital conflict. The methodological procedures involved bibliographical readings of authors who address the topic (especially geographers , historians and sociologists) anchored in a inserted in the totality of social relations historically established dialectical worldview , as well as field research through systematic interviews to workers who experience this reality , as well as information on the IBGE site . The results reveal that the intense labor mobility is of apparent autonomy , when in fact is the condition of submission to the capital and its logic

Keywords: Labor mobility; corn agribusiness; rural-urban relationship.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se debruça na compreensão da mobilidade do trabalho que vem sendo intensificada no decorrer das últimas décadas pelos camponeses do município de Paripiranga/BA. Os trabalhadores camponeses não têm conseguido competir com a lógica da produção do agronegócio do milho que se expande de forma exacerbada e dificulta ainda mais a permanência na unidade de produção familiar, principalmente para seus filhos, que não possuem terras nem técnicas avançadas para acompanharem a alta produção do milho que ali se inseriu e se espacializa de forma intensa. Com a expansão do agronegócio do milho na lógica desigual e combinada do capital, o êxodo rural expresso na mobilidade de trabalhadores se expande em termos de migração pendular e regional. Sendo que a primeira é mais direcionada para as mulheres que saem das suas casas para trabalharem na sede do município, como empregadas domésticas ou trabalhando em supermercados, e os homens são levados a trabalharem em outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo, geralmente no verão, porque não têm como produzir em suas terras.

As pesquisas de campo revelam que o município nunca tinha passado por um processo tão intenso de mobilidade como na última década (2000) e esta realidade tem ocorrido nas diversas escalas geográficas. É isto que se tem processado no contexto da reestruturação

produtiva no campo, via inserção do milho em Paripiranga. Assim, seguindo a lógica mercadológica e estratégica do capital, é possível observar o encurralamento dos pequenos proprietários, explicitado pela dificuldade do homem do campo em permanecer e sobreviver somente da sua produção agrícola. Com isto encontram-se limitados e dependentes de subsídio paliativos como bolsa família e tornam-se reféns do poder dos políticos locais, que sabendo das condições difíceis dos camponeses aproveitam desta fragilidade e criam as condições para a reprodução do “voto de cabresto”. Os bancos criam novas burocracias para dificultarem os empréstimos, ainda que o objetivo deles seja articular a produção familiar de pequeno porte nos meandros do capital financeiro. Não existe apoio técnico ou irrigação, nada que possa melhorar a situação destes camponeses. No entanto, os políticos abrem as portas para o agronegócio local e promovem também incentivos fiscais para indústrias de cimento, que estão se consolidando em um povoado do município. Uma das saídas encontradas pelos trabalhadores camponeses, especialmente seus filhos, foi a de se submeterem à mobilidade do trabalho (ou mobilidade forçada) e, tornarem-se andarilhos dos caminhos precários e perversos da busca da sobrevivência.

MOBILIDADE DO TRABALHO E CAPITALISMO

A história revela que desde muito tempo que os seres humanos são levados a saírem de um lugar para outro, mas nem sempre pelas mesmas razões. Segundo Oliver (1994) os estudos sobre a pré-história relatam que os *homo erectus* e *sapiens* eram nômades, uma vez que existia a necessidade de estarem sempre se locomovendo em busca de alimentos e locais seguros que pudessem lhes proporcionar condições ambientais mais favoráveis de sobrevivência. Logo, mulheres e homens eram conduzidos a migrarem de forma constante.

O período da pedra lascada foi uma fase em que as condições naturais eram determinantes para a permanência dos seres humanos em determinados lugares, uma vez que não havia produção regular que pudesse suprir as dificuldades impostas pela natureza. Com o paulatino desenvolvimento de técnicas para trabalhar com a terra, as populações nômades foram associando as áreas com oferta de água, solos férteis e condições edafoclimáticas propícias para o surgimento da agricultura, assim alguns grupos deixavam a condição de nômades. A prática da

agricultura e a criação de animais permitiriam a oferta regular de alimentos e a fixação geográfica. Assim, os autores destacam que;

A mobilidade desempenhou funções diferentes em diversos modos de produção. Nas sociedades primitivas a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa uma força de trabalho “livre” e “móvel” torna-se essencial para o processo de acumulação... Nesse sentido, uma massa de trabalhadores “latentes” ou “estagnados”, seguindo o movimento do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista. (CASTRO, GOMES; CORRÊA, 1997, p. 341).

O avanço das forças produtivas e a divisão sexual do trabalho permitiram aos poucos a produção de excedente. A intensificação dessa realidade desembocaria em grandes civilizações como as egípcias, gregas e romanas, que criaram os primeiros modelos de cidades formadas por uma hierarquia social mais complexa, que tinha o domínio territorial muito forte e subordinavam o trabalho das classes menos favorecidas. A subordinação do trabalho aparece como elemento determinante da formação da propriedade privada e do Estado.

Na Europa quando se consolidada o feudalismo, tem-se uma estrutura diferenciada das civilizações citadas acima, as cidades não tinham tanta importância, porque de organização social da época estava mais concentrada no campo, a hierarquia era formada pelo clero, os senhores feudais e os servos.

Quando o feudalismo entrou em decadência devido à nova estrutura econômica proporcionada pelas Grandes Navegações recoloca uma nova divisão social do trabalho e assim a ascensão das cidades comandada pelo surgimento da nova classe social: a burguesia. A vida deixa de ser nucleada no campo, e a cidade passa a ser central no processo de produção e acumulação de riquezas. Com a economia concentrada nas cidades, e o nascimento do capitalismo, a oposição campo-cidade aparece em função da divisão social e territorial do trabalho.

A mobilidade de trabalhadores do campo para a cidade representada à expropriação dos mesmos dos meios de produção do campo (terra), bem como condição necessária para o nascimento do capitalismo. Assim, o nascimento do capitalismo na sua forma originária (fase

comercial) se dá pela expropriação da terra camponesa, do trabalhador dos seus meios de produção. Depois, o capitalismo em sua fase produtiva, por meio das transformações socioeconômicas advindas no século XVIII da Revolução Industrial, intensificou o êxodo rural, um grande fluxo de força de trabalho agora transformada paulatinamente em mercadoria, que sai do campo para trabalhar nas cidades.

A divisão social e territorial do trabalho deixa de ser gerida pela lógica nacional, e a acumulação capitalista em bases mundiais promoveria a produção/organização do espaço pautada na Divisão Internacional do Trabalho. Esse processo traz consigo novas características estruturais sucedidas por uma subdivisão de classes sociais. Desde a subordinação do trabalho pelo capital nascida nesse contexto histórico, a leitura social está impregnada do discurso falacioso de que mulheres e homens têm a liberdade de ir e vir, sem que sejam influenciados por forças externas determinantes das condições sociais do momento em que vivem.

A mobilidade do trabalho é fruto de um processo desigual e combinado da lógica de subordinação do trabalho ao capital, ou seja, o corolário deste, promovido pela expansão da propriedade privada, expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, da forma do Estado capitalista que utiliza dos seus aparelhos ideológicos para manipular a sociedade de tal forma que não existam questionamentos suficientes para mudar a realidade. Por esse motivo, esse fenômeno perdura por tantos séculos e amplia-se e adapta-se sempre a novas formas e diferentes contextos sociais.

No espaço agrário brasileiro essa realidade se estabelece pela monopolização do território pelo capital ou pela territorialização do território pelo capital. Uma das estratégias da territorialização do capital no campo é a expropriação dos camponeses, que passam a funcionar como força de trabalho móvel e fluída às necessidades produtivas mercantis. A realidade do campo brasileiro é destaca por Oliveira,

Os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como

alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um bom exemplo dessa nova realidade (OLIVEIRA, 2001, p. 25 a 26).

Neste sentido, destaca-se que a reestruturação produtiva das últimas décadas, pautada nos modelos de produção e trabalho flexíveis, desregulamentados e com alta densidade tecnológica imprime uma aceleração à monopolização e, sobretudo, territorialização do capital no campo, que provoca mobilidade do trabalho para atender as necessidades do agronegócio uma vez que expropria-os da terra.

PROPRIEDADE DA TERRA, CAMPESINATO E MOBILIDADE DO TRABALHO

A primeira forma do processo de formação territorial no Brasil se deu com a colonização. A coroa portuguesa passou a explorar o território brasileiro como sua propriedade, logo, iniciou a extração do Pau-Brasil e o uso da força de trabalho indígena e, depois, escrava nos cultivos da cana-de-açúcar.

A princípio os colonizadores não encontraram o que eles mais cobiçavam: os metais preciosos, mas ao verem a vastidão de terras férteis e o clima propício para o cultivo da cana-de-açúcar, trouxeram famílias para povoar/explorar a colônia e dividiram as terras em grandes lotes e os destinavam para os mesmos. Através da legislação fundiária denominada como sesmarias, eles tinham a posse das terras, mas não a propriedade delas, que eram consideradas propriedades da coroa portuguesa.

Vários negros foram trazidos da África para trabalharem na colônia como escravos uma vez que existiu uma resistência dos indígenas à escravidão. Durante alguns séculos a economia de *plantation*, sustentada na exploração da mão-de-obra escrava em grandes latifúndios e na monocultura, foi base da inserção do Brasil na acumulação de capital.

Quando a corte inglesa determinou a abolição do tráfico negreiro, pois necessitava de consumidores para os seus produtos industrializados, provocou na colônia brasileira uma reação

que resultou na criação da Lei de Terras que limitava o acesso à propriedade da terra. Com esta lei, só poderia ter a posse legal das propriedades quem tivesse dinheiro para comprar as terras do Estado.

Em 18 de setembro de 1850 é sancionada a Lei de Terras, também conhecida como Lei de Terras de 1850, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonização, no Brasil Império. Assim, sob a tutela jurídica, a Lei de Terras tenta se reproduzir na sociedade do Brasil Império. Uma sociedade bastante fragmentada e com dificuldades de ligação entre a Corte, que busca a centralização do poder, e as províncias que, com suas particularidades lutam por certa autonomia (PODELESKI, 2009, p. 51).

Desta forma, a liberdade oferecida para os escravos só serviu para atender a lógica do capital, uma vez que, negava-se o direito da posse da terra e originava uma população excluída dos meios de produção (especialmente a terra). Logo, após a “libertação” dos escravos, ocorreram alterações socioeconômicas que cerceavam os mesmos de qualquer acesso à reprodução de uma vida digna e autônoma.

Para substituir a mão-de-obra escrava foram trazidos imigrantes europeus para trabalharem nas fazendas. Estes conseguiram adquirir pequenas propriedades de terras com mais facilidade, apesar de não virem na condição de “trabalhadores livres”. Ainda assim, a base da organização das propriedades se deu através de grandes desigualdades, pois um grupo seletivo ficou com o domínio de grandes extensões de terras e uma grande massa à mercê da própria sorte. Desde então, a concentração de terra no Brasil só vem aumentando.

Se analisarmos os dados de 1985 essa realidade não mudou, ao contrário, a concentração das terras nas mãos de poucas pessoas aumentou ainda mais. Vamos aos dados: menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior a 1.000 há, ou seja, 50.105 unidades, ocupavam uma área de 167,7 milhões de hectares ou 44% do total das terras; enquanto mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100ha, ou seja, 5.252.265 unidades, ocupavam uma área de apenas 79, 7 milhões de hectares, ou 21% do total das terras. (OLIVEIRA, 2001, p.30).

O campo brasileiro é resultado de um processo histórico repleto de contradições, pois a colônia, antes mesmo de se constituir um país, já estava inserida na lógica desigual e combinada do capital internacional. Assim, conduziram camponeses a se submeterem e a atenderem a esta mesma lógica. Para sobreviverem, os pequenos proprietários de terra tornam-se trabalhadores itinerantes sujeitos à venda da sua força de trabalho em locais onde há oferta de serviços.

Segundo Martins (1981) a condição social do camponês brasileiro é diferente do campesinato europeu, já que lá existia uma luta e resistência por continuar com a permanência na terra e os trabalhadores se defendiam para não serem subjugados. No caso brasileiro, tenta-se conquistar a posse da terra, ou mesmo adquiri-la, mesmo que não esteja do seu local de origem. Por esse motivo que o conflito perdura até os dias atuais. O Estado continua fazendo o papel de apoiar a classe burguesa, utilizando de armas ideológicas pautadas na exclusão dos que lutam pelo direito à terra, fazendo com que a massa trabalhadora não se reconheça como importante geradora de riqueza.

A ideologia capitalista procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho, e que para o trabalhador garantir a sua sobrevivência, ele precisa, depende, do capital. É o capital que cria o trabalho, permitindo, assim, a sobrevivência do trabalhador, afirmam os ideólogos do capitalismo. Dessa forma, a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital. Daí decorre a ilusão que pode nascer para o trabalhador de que a troca que realiza com o capital é justa e legítima. É comum ouvir de um trabalhador que o capitalista tem o direito de obter o lucro, pois ele é o dono do capital. Sendo assim, tem o direito de aumentá-lo, pois sem ele (o capital) não haveria trabalho para os trabalhadores. (OLIVEIRA. 2007, P.37).

Os grandes produtores do último grande “ciclo econômico” brasileiro: o café, passaram a investir nas primeiras fábricas em São Paulo. Assim, conduziam o êxodo rural, pois os trabalhadores eram desprovidos dos meios de produção e saíam para vender sua força de trabalho na cidade, mas esse fenômeno não aconteceu somente naquela época.

Foi isso que ocorreu com a mobilidade registrada pelos dados de 1973. No Brasil dos anos 50 a 70, a passagem de grandes massas de indivíduos de ocupações manuais para não-manuais foi facilitada pela criação de vagas na indústria e no comércio e serviços das zonas urbanas que foram preenchidas por quem tinha e quem não tinha educação. (PASTORE, 2001, p.3).

Segundo Pastore (2001) Nas décadas de 1950, o governo Juscelino Kubitschek foi marcado por uma intensa mobilidade do trabalho, pois pessoas de quase todas as regiões, principalmente do Nordeste, já não tinham meios de sobreviver com dignidade em seu local de origem.

Diante da miséria enfrentada pelas grandes desigualdades sociais da região, os nordestinos foram vítimas de um sistema desigual e combinado que sempre utilizou de artifícios e estratégias para se reproduzir e acumular capital. Uma dessas foi a “Indústria da seca” que tinha como propósito diminuir as dificuldades da região enfrentadas pela escassez da água, sustentáculo do regionalismo e seu discurso. Isto serviu para privilegiar um pequeno grupo formado por coronéis e muitos deles também políticos, que se apropriavam das políticas públicas do Estado para beneficiamento próprio e conduziram o voto de cabresto. É neste cenário que existe um novo aumento da mobilidade do trabalho. “Em 1974, momento em que estavam sendo postos em prática os planos de expansão das áreas agrícolas do Brasil dentro da política de desenvolvimento econômico e modernização da agricultura proposto no governo Médici (...)” (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

A MOBILIDADE DO TRABALHO DOS CAMPONESES DO MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA/BA DA DÉCADA DE 1990 AOS DIAS ATUAIS.

O município de Paripiranga¹ está situado no Nordeste baiano, delimitado por municípios sergipanos como Poço Verde, Simão Dias e Pinhão, e na divisa do território baiano está entre Adustina e Coronel João Sá. O município tem uma área de unidade territorial de 435,698 Km² e uma população formada 27.778 habitantes. Segundo dados do IBGE (2010) o bioma predominante é a caatinga.

Os primitivos habitantes da região eram os índios denominados vermelhos, uma ramificação dos tapuias. No século XVII, iniciou-se a penetração por colonos portugueses que aí se fixaram. Formou-se o povoado Malhada Vermelha. José Antônio de Menezes construiu a capela de Nossa Senhora do Patrocínio. Em 1871, criou-se a Freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio do Coitê, que se estendeu à povoação. Elevou-se a vila, em 1886. Pelo Decreto Estadual nº 7.341, de 30 de março de 1931, substituiu-se a denominação por Paripiranga. O topônimo é formado dos vocábulos indígenas “pari”(cercado para apanhar peixes); e “piranga”(vermelho), tendo o mesmo sentido do primitivo nome da povoação. (Paripiranga/BA. Decreto, 7341, de 30-03-1931).

Através das pesquisas de campo realizadas no município de Paripiranga/BA, foram observados os aspectos naturais e sociais do município, por meio de uma leitura unitária da relação sociedade-natureza. Foram entrevistados 27 camponeses e os mesmos relataram que, por muitos anos, permaneceram com a cultura de produção de subsistência, e plantavam alimentos denominados de produção temporária, que dependem de épocas de chuva, tais como mandioca, feijão, batata inglesa, milho e alguns legumes e hortaliças, sendo o excedente vendido para comprar o que fosse necessário e complementar à renda da família.

Na década de 1998, os mesmos camponeses estavam inseridos ativamente nos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Alguns dos camponeses até conseguiram ocupar terras em Sergipe, mas somente um deles permaneceu no acampamento onde hoje já está formado um assentamento. O único camponês, que conquistou a posse de um lote na terra, conseguiu se estruturar financeiramente, pois recebeu o equivalente a 25 hectares de terras e, com os anos, permanece e sobrevive da produção da sua terra. No entanto, os outros camponeses que não conquistaram a terra fruto da luta e resistência do MST, permaneceram nas mesmas condições. Uma vez que, os mesmos possuem apenas um hectare de terra, que não é suficiente para atender as necessidades próprias e da família. As políticas públicas que são direcionadas para o campo pelo Estado não atende de forma satisfatória no sentido de subsidiar a produção.

Segundo um dos presidentes da Associação dos Produtores Rurais do Maritá, no ano de 2003, mais de 96 associações foram fundadas em todo o município de Paripiranga, incentivadas pelo programa Federal denominado Resgatando a Esperança do Povo, que tinha como objetivo facilitar o crédito em bancos para os camponeses ampliarem sua produção. De

acordo com Conceição (2007), “a partir da década de 1990 o Estado assume o papel de gestor e promotor implementando políticas agrícolas inscritas às novas formas de expansão capitalista no auge da economia, via o compromisso da dívida externa”.

Porém, para a obtenção do crédito era preciso plantar o que o banco determinasse, e utilizar inseticidas e adubos industrializados, e depois os trabalhadores deveriam apresentar os comprovantes da compra dos insumos ao banco. Mas, antes, os camponeses da localidade não precisavam utilizar agrotóxicos na plantação, porque a maioria dos adubos era natural, e utilizavam métodos naturais para matar os insetos da lavoura, como a pimente. Inicialmente os camponeses não questionavam esta situação, pois isso lhes garantiu melhores condições de consumo, e passaram a ter acesso à mercadorias como televisão, DVDs, motos e carros, até então bens destinados para um padrão de classe superior.

Até o ano de 2010, a maioria das pessoas começou a aumentar seu padrão de consumo, e se iludiram com o rápido “progresso social”. Todavia, o sonho de consumo tornou-se irreal no ano seguinte, quando as políticas locais permitiram a monopolização da produção através do agronegócio do milho.

Os pequenos produtores não conseguiram competir com todo o aparato tecnológico dessa nova produção. Parte destes produtores passou a vender suas terras para pagar as dívidas e, outros, passaram a sair de suas terras em busca de um trabalho assalariado, principalmente os filhos destes camponeses. As mulheres encaminharam-se em busca de trabalhos na sede do município, notadamente no setor de serviços, e os homens migraram para as maiores cidades do Sudeste, como Praia Grande, São Paulo e Rio de Janeiro, para trabalharem na agricultura, na indústria ou no setor de serviços.

Destaca-se que os mesmos têm o apoio de familiares que migraram nas décadas de 1970/80, mas esse apoio é relativamente momentâneo, já que eles tornaram-se “nômades modernos”, pois vivem na busca de qualquer tipo de trabalho que possa proporcionar alguma renda para subsidiar o plantio em suas pequenas propriedades. Estes sujeitos deparam-se com trabalhos informais na construção civil como auxiliares de pedreiro, ou vendedores ambulantes nas praias e, assim, passam o verão fora do seu local de origem e voltam no inverno. São na essência o reflexo da reestruturação produtiva no mundo do trabalho com tendências estruturais de precarização e informalidade.

Acontece na realidade do município estudado questões similares às apontadas na leitura da questão agrária brasileira por meio da reestruturação produtiva do capital no campo, intensificada nas últimas décadas. De acordo com Oliveira (2004) o campo no Brasil está marcado pelo processo de territorialização do capital (em que a expropriação, assalariamento ou mobilidade do trabalho são mais evidentes), e ao mesmo tempo pela expansão da agricultura camponesa em que o capital subordina o uso da terra, apropriando-se da sua renda, mas sem necessariamente expropriar camponeses.

Nesse sentido Thomaz Júnior (2008) destaca que a crescente informalização do trabalho, (face mais evidente do município de Paripiranga/BA), e sua constante migração territorial em períodos curtos de tempo, a mudança no perfil dos camponeses que migram transformando-se em trabalhadores urbanos, revelam a lógica de inserção do capital no campo que subordina e expropria o trabalho de diferentes formas.

RESULTADOS DA PESQUISA

Ao analisar todo o processo migratório do país percebe-se que o que vem acontecendo no município é fruto da inserção da mesma lógica desigual e combinada do capital, que utiliza da mobilidade do trabalho para acumular cada vez mais riquezas. A mobilidade está fora da concepção tradicional de migração, pois parte do pressuposto de que quem migra é o trabalho e, assim, os sujeitos praticamente tornam-se andarilhos em função desta determinação e não como livre escolha.

Com a vivência relatada pelos camponeses, notou-se que as desigualdades sociais ainda são fortes no campo e o processo de conflituosidade acontece de forma velada, pois existe uma luta constante para o camponês conseguir conquistar terras e permanecer nas suas pequenas propriedades. Os minifúndios aumentam a cada dia, e o camponês torna-se este andarilho percorrendo os caminhos que o capital lhes destina. A mobilidade do trabalho não é só a face mais evidente da subordinação do trabalhador ao capital no campo, mas também o reflexo de sua dimensão geográfica territorial, e a mobilidade do trabalho se define pela mobilidade do capital.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: contexto, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital, In: **Revista OKARA: Geografia em Debate**, v.1, n.1, p. 77-100, João Pessoa, PB, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>

CASTRO, Elias Iná, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século**, 1997, p. 319 a 361.

PASTORE, José. **Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século**. Trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 16 a 20 de outubro de 2001. <http://www.josepastore.com.br/artigos/td/td_011.htm>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. 1. Geografia Agrária 2. Questão Agrária 3. Renda da Terra 4. Reforma Agrária
Disponibilizado em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp> >.

Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In O campo no século XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro**. São Cristovão – SE. Agosto de 2011.

PODOLESKI, Onete da Silva: Lei de Terras de 1850. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.
Disponível; < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/182/157>>.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e território em disputa: algumas considerações. In **Campesinato Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVER, Ronald. A experiência africana: da pré-história aos dias atuais. /Ronaldo Olivier; tradução Renato Aguiar; revisão técnica, Paulo de Blasis. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PARIPIRANGA/ BAHIA. Alteração Toponímica Municipal. Decreto estadual 7341, de 30-03-1931.

Recebido em: 05/10/2013

Aprovado em: 05/05/2014